

História , memória e reparação

MARILDA DE SOUZA FRANCISCO
MARTHA ABREU

HISTÓRIA, MEMÓRIA E REPARAÇÃO

O MUSEU SOMOS NÓS

Marilda de Souza Francisco

O PROJETO CAMARGO E O QUILOMBO DO BRACUÍ (1852-2025)

Martha Abreu

Bracuí
2025

Produção e Edição: Quilombo do Bracuí, Passados Presentes e AfrOrigens (Bracuí, 2025)

Capas: Francielle Pimenta

Revisão de texto: Giana Cláudia de Castro Araujo

Diagramação: Frederico Spada Silva

As mãos que ilustram a capa são do saudoso Griot e Jongueiro Sr. José Adriano.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Francisco, Marilda de Souza

História, memória e reparação [livro eletrônico] :
o museu somos nós : o projeto Camargo e o Quilombo
do Bracuí (1852-2025) / Marilda de Souza Francisco,
Martha Abreu com Hebe Mattos. -- Niterói, RJ :
Ed. das Autoras, 2025.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-01-46839-6

1. Comunidades tradicionais 2. Memórias
3. Quilombolas - Brasil 4. Quilombos - Brasil
I. Abreu, Martha. II. Mattos, Hebe. III. Título.

25-272317

CDD-981

Índices para catálogo sistemático:

1. Quilombos : Brasil : História 981

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

ARQUISABRA



Associação dos Remanescentes de
Quilombos Santa Rita do Bracuí
ANGRA DOS REIS, RJ

**PASSADOS
PRESENTES**

LABHOI | UFF | UFJF

AFRORIGENS

SUMÁRIO

O MUSEU SOMOS NÓS	7
O PROJETO CAMARGO E O QUILOMBO DO BRACUÍ (1852-2025)	19
Como ficamos sabendo do Camargo? Como começou a pesquisa?	23
Os jornais em 1853 e a fazenda Resgate	23
“O caso do Bracuí” e a descoberta do Camargo	25
Um encontro com a memória e a tradição oral	31
A comunidade escravizada de Santa Rita	37
Uma comunidade quilombola	41
Perspectivas e parcerias em torno do Camargo e do Quilombo do Bracuí	46
Equipe do AfrOrigens	51
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	55



JOSÉ ADRIANO

O MUSEU SOMOS NÓS

MARILDA DE SOUZA FRANCISCO

MARILDA DE SOUZA FRANCISCO é quilombola, liderança comunitária, contadora de história do quilombo e funcionária pública aposentada. Mãe de três filhos e avó, Marilda fez e faz parte de diversos conselhos de Angra dos Reis, como o Conselho Municipal de Promoção de Igualdade Racial de Angra dos Reis (COMPIR), do Fundo de Meio Ambiente, do Conselho Municipal de Educação, do Conselho da Mulher e do Fórum de Comunidades Tradicionais. Faz parte do AfrOrigens e será titulada com Notório Saber pela Universidade Federal Fluminense.

Este texto é fruto de uma palestra proferida no I Encontro Samba, Patrimônios Negros e Diáspora, realizado em outubro de 2021. A partir de sua experiência, Marilda foi convidada a apresentar o território do quilombo, sua história e memória. A palestra foi transcrita por Carolina Machado dos Santos e publicada em Samba em Revista, ano 14, no. 13, em dezembro de 2022. <https://drive.google.com/file/d/1xVJATgXsZADViL11pAafnC9MZll11GB7/view>. Para essa edição atualizamos algumas informações.

“Oi, gente, presta atenção na história que vou contar. Deitei minha cabeça na cabeceira do rio, mas o pé está lá no mar. Eu deitei minha cabeça na cabeceira do rio, mas o pé está lá no mar.”



AO LADO
Rio Bracuí. Foto de
Guilherme Hoffman,
2015.

Este aí é o rio Bracuí. Foi para ele que eu cantei, saudando o rio. Lá para as montanhas tem a cabeceira do rio e ele deságua no mar. Quando as pessoas chegam aqui e perguntam qual a extensão do Quilombo, eu canto esse ponto de jongo. Fui eu que fiz, para dizer qual a extensão do Quilombo: desde a divisa de Bananal, em São Paulo, até o mar. O rio Bracuí corta o Quilombo no meio: para um lado tem Quilombo; para o outro também tem. Se a gente quiser ir para um lado, tem que atravessar o rio para passar.



AO LADO E ABAIXO
Fotos do acervo pessoal
de Marilda de S.
Francisco.

Esta é uma foto da frente da minha casa. Gosto muito de fotografar as montanhas, porque o nosso Quilombo é um museu a céu aberto. Além de ser um museu a céu aberto, ele tem muitas histórias para contar, pois o Quilombo de Santa Rita do Bracuí foi uma fazenda escravocrata. A primeira cultura foi de cana-de-açúcar. Então, todo esse morro aí que vocês veem era cana; depois veio o café também. E nós temos um engenho de alambique, onde era feita cachaça, mas hoje está em ruínas. Há outra ruína, que é onde se fazia açúcar, que era o engenho central, bem mais perto do mar, onde os navios chegavam para pegar o açúcar. Mas não durou muito tempo, porque o pessoal não acreditava na abolição da escravidão. Quando veio a abolição, o engenho de açúcar também não foi muito para frente.



¹ Vale ver o filme “Criando Passados Presentes”, que se encontra na janela “vídeos” do site <http://passadospresentes.com.br/>

Na primeira foto, sou eu na entrada do caminho que leva até o Memorial, uma exposição sobre a nossa história feita em parceria com o projeto Passados Presentes, com Martha Abreu, Hebe Mattos, Keila Grinberg e o pessoal da UFF.¹ Aí, onde estava o QR Code, era onde a gente plantava, botava as mudas. Era um viveiro. Na segunda foto, tem uma rua que leva para aquele rio, que acabei de mencionar. Lá na frente tem uma porteira, porque, como sempre, nosso Quilombo foi todo comprado, ou grilado mesmo, mas a gente sempre passa e vai para a cachoeira.



ACIMA
Foto do acervo pessoal de
Marilda de S. Francisco.

Aqui é o quintal da minha casa, onde eu recebo as crianças, os jovens e as pessoas que vêm para escutar as histórias. Tenho aqui na frente um pé de abacate e uma árvore que antes era chamada de “pé de quê”, porque as pessoas chegavam e perguntavam: “pé de quê?”. E a gente não sabia o que que era, então ficava como “pé de quê” mesmo. A gente sempre faz a reunião embaixo dessa árvore, para aproveitar a sombra. Eu recebo as pessoas embaixo dessa árvore. O “pé de quê hoje” está bem maior, bem mais florido e com bastante frutinha. Hoje a gente sabe que o pé de quê é camu-camu, uma fruta muito rica em vitamina C.



ACIMA E ABAIXO
Fotos do acervo pessoal
de Marilda de S.
Francisco.

Esta é a minha casa, onde a gente faz os projetos, as crianças vêm para ler livros, para desenhar. Eles gostam: eu estendo uns panos no chão, boto almofadas, eles deitam e rolam, comem, desenham, veem livros. No nosso projeto, “Livro Bom é Livro na Mão”², a gente consegue também tirar as dúvidas das crianças com ajuda de alguns professores. Na outra foto sou eu socando o café, pilando o café. Este pilão é para ser usado sentado, porque geralmente os pilões são em pé, mas esse a gente chama sentado, porque ele é mais no chão, deitado.

² Desde 2022, também é desenvolvido no espaço da Igreja de Santa Rita o “Luz da Educação”, um projeto de reforço q funciona no contra turno das crianças três vezes por semana. Com apoio voluntário de Neide Azevedo, Denise Santos e Alessandra tem como objetivo fornecer apoio escolar para as crianças do quilombo depois dos inúmeros prejuízos com a pandemia. Outros projetos ligados a agroecologia também estão sendo desenvolvidos no quilombo. Destaca-se, nos últimos anos, o apoio da escola quilombola Aurea Pires para as atividades do quilombo.



Aqui temos a trilha da Marilda, por onde a gente passa para ir para a outra rua. Eu levo as pessoas explicando as plantações que tem nela. Do lado tem a horta, que é uma horta mandala, tem um galinheiro no meio e tem esse círculo aí que a gente pega as coisas, bota para as galinhas, pega o estrume da galinha, deixa descansando 30 dias e depois faz o adubo.



AO LADO E ABAIXO
Fotos do acervo pessoal
de Marilda de S.
Francisco.

E tem uma foto minha na roça de milho, tinha acabado de quebrar milho, aí tem aipim e resolvi tirar uma foto. Está parecendo até que estou em uma viagem. E por que mostrar tudo isso, falando isso? Porque para nós o Quilombo, como já disse, é um museu a céu aberto, tem todas as histórias, a gente sabe falar da história da natureza. A natureza para nós é como se fosse uma história, um museu, porque a gente mostra todo o valor que ela tem, todas as árvores, o que se pode comer, o que não se pode, o que é remédio.





AO LADO E ABAIXO
Fotos do acervo pessoal
de Marilda de S.
Francisco.

Acima se pode ver aquela exposição de que falei: aí eu recebo o povo, vou explicando para as pessoas cada placa. A exposição hoje está precisando de manutenção, está meio caidinha, mas está em pé ainda.³ Sempre a gente recebe algumas pessoas interessadas em olhar a história do povo negro no Quilombo.

³ Em 2024, a Prefeitura realizou um trabalho de restauração do Memorial, mas há ainda várias placas informativas sobre os lugares de memória a serem colocadas e restauradas ao longo do caminho que corta o quilombo.



Atrás das minhas costas se vê uma placa do povo jongueiro, que são os jovens que dançam o jongo. E a outra placa tem os griôs, seu Manoel Moraes, dona Joana, todas aquelas pessoas que foram guardiões dessas histórias, da história oral que está chegando até o dia de hoje para nós.

AO LADO E ABAIXO
Fotos do acervo pessoal
de Marilda de S.
Francisco.



Na minha frente temos a foto de um navio escravagista. No Bracuí tem o brigue Camargo, que foi afundado na Baía da Ilha Grande em 1852. Não se sabe se todos os negros que estavam nesse navio morreram, mas acho que alguns conseguiram sobreviver. Na foto, estou apontando para os nomes de alguns negros que estavam nesse navio. Eu explico às crianças que os nomes dos negros eram nomes europeus: quando eles saíam da África, não tinham direito de manter seus nomes, então recebiam um nome europeu. Muitas vezes o sobrenome era o lugar de onde eles saíram... não gosto de dizer capturados, comprados. Por exemplo, tem Maria Conga: pode ser que essa mulher não tivesse o nome Maria, mas talvez ela tenha sido comprada no Congo.



E aqui se pode ver direitinho uma imagem semelhante ao navio brigue Camargo e os nomes das pessoas que estavam no navio. Hoje em dia a gente está tentando fazer uma réplica desse navio e colocar na entrada do Quilombo para as pessoas verem.

Angra dos Reis não conhece a história do negro. A história do negro é muito apagada, inclusive em Angra dos Reis. Quando chegam aqui e veem isso, eles falam: “Nossa, mas tem toda essa história aqui em Angra?”. Então, a gente fala: “O povo negro sempre guardou a sua história, só que não interessava a ninguém, interessava só a nós”. A história ficava com a gente. E eu sempre digo: nós somos um museu ambulante, nós temos a nossa história nos nossos traços, no nosso jeito de ser, na nossa cor, no nosso tudo. O museu somos nós.

Às vezes as pessoas chegam aqui e perguntam cadê o tronco, cadê não sei o quê. Acham que aqui não tem história de nada. Mas nós estamos aqui, através da nossa descendência, do nosso povo sofrido que veio para cá. Nós continuamos aqui, então nós somos o museu, nós somos, vamos dizer assim, um museu que se adaptou, nós somos... o povo negro é tudo.



ACIMA
Fotos do acervo pessoal
de Marilda de S.
Francisco.

Aqui tem uma foto mais aberta, que é dos griôs. Vem dos mais velhos para os mais novos. O pessoal da dança do jongo. Ao lado, a Santa Rita Black, que foi uma mistura de todas as religiões: a católica, porque o Quilombo é católico, e a religião de matriz africana, que é o candomblé, a umbanda⁴. Então está tudo misturado na Santa Rita Black. Santa Rita na verdade é branca, mas, quando foi pintada, o rapaz a pintou negra e de cabelo black, por isso o nome Santa Rita Black.

⁴ Vale destacar no quilombo a presença do Centro Cultural e Religioso Aiê Eletuloju.



ACIMA E ABAIXO
Fotos do acervo pessoal
de Marilda de S.
Francisco.

Aqui é uma foto das pessoas que eu recebo, quando vem o grupo na minha casa também.



Acima, a igreja de Santa Rita. A igreja, na verdade, é uma capela. Ela está no lugar da casa grande, em cima de onde era a casa do senhor do engenho. Abriga o altar que era da casa grande.



ACIMA
Foto de Guilherme Hof-
fman, 2015

A Santa Rita Black está pintada onde a gente ia fazer a casa de estuque, mas caiu e até hoje não conseguimos terminar a sede do Quilombo⁵. Como eu falei, tem o engenho lá embaixo, que era o de açúcar, e a gente tem duas igrejas. Tem a igreja de São José, mais para a beira da praia, onde o José de Souza Breves fez a igreja, porque morreu uma escrava e ele não enterrava o negro em qualquer lugar. Essa igreja é bem maior, tem um altar mesmo e hoje tem o nome dele. Ele era José, então fez a igreja de São José. E a igreja de Santa Rita, que tem, na verdade, só o altar e a imagem, recebeu o nome da mulher dele, Maria Rita, devota da santa.

Vocês veem que tudo se liga sempre ao povo branco, mas é bom a gente falar isso porque fica conhecendo a história e consegue, assim, levar a memória ao povo. Meu pai guardou e contava muito essas histórias (e as do povo negro também) que a gente vai passando para a frente, através da transmissão oral. E hoje em dia toda essa história é reconhecida em alguns lugares.... Através do projeto Passados Presentes, conseguimos fazer algumas placas e coloca-las na estrada que corta o quilombo, nos lugares que têm os pontos de memória. Muitas foram destruídas, porque (outros moradores) acharam que não era para a gente ficar falando disso. No Quilombo de Santa Rita do Bracuí já tem muita gente de fora e eles acham que ficar falando da história negra é como se estivesse tirando eles daqui. Então, muitas placas foram quebradas e arrancadas, mas algumas ainda estão nesses lugares localizados por nós, em conjunto com o pessoal da UFF, como pontos de memória.

⁵ Hoje está sendo cons-
truído no local a escola
quilombola do primeiro
segmento do ensino
fundamental.



**A pesquisa sobre o navio
escravagista Camargo e o quilombo
do Bracuí
(1852-2025)**

MARTHA ABREU (COM HEBE MATTOS)

Este texto foi produzido com objetivo de divulgar a pesquisa e a história em torno do navio escravagista Camargo e do quilombo do Bracuí. Se ele é de minha responsabilidade, as reflexões e informações presentes fazem parte de um trabalho coletivo desenvolvido, desde 2003, com Hebe Mattos. Ao longo desse tempo, outras parcerias tornaram-se fundamentais para a produção e revisão do texto, como quilombolas do Bracuí, pesquisadores do Passados Presentes (LABHOI UFF/UFJF) e parceiros do AfrOrigens. Agradeço a todos. Aos professores de Angra dos Reis, da Escola Quilombola Aurea Pires, do IEAR/UFF, do DECMSD da UFRRJ, da Secretaria de Educação, Juventude e Educação (SEJIN) e do SEPE, que ajudaram a organizar o I Seminário O Navio Escravagista Camargo e as Memórias do Bracuí: História, Educação e Patrimônio, um enorme muito obrigada pela confiança e incentivo.

Este texto explica como começou um grande projeto de arqueologia subaquática e história em torno do navio escravagista Camargo. Com aproximadamente 500 africanos vindos de Moçambique, o Camargo foi intencionalmente afundado na foz do Rio Bracuí em Angra dos Reis, em dezembro de 1852, por seu capitão, o norte-americano Nathaniel Gordon. Localizada a pouco mais de duas horas da cidade do Rio de Janeiro, Angra dos Reis fica na abrigada baía de Ilha Grande e é conhecida internacionalmente por suas águas límpidas e ilhas paradisíacas. Mas, como em várias regiões do litoral Atlântico, o inferno e a tragédia fazem parte do que hoje vemos e apreciamos.

Sob a responsabilidade do Instituto AfrOrigens – formado pelos arqueólogos Luis Felipe Santos (presidente) e Gilson Rambelli, pelos mergulhadores e cineastas Yuri Sanada e Vera Regina Sanada, e pela autora deste texto –, a pesquisa pretende comprovar que os vestígios encontrados pertencem ao Camargo e investiga a estrutura material de um navio escravagista. O projeto trará literalmente à tona as provas de um crime contra a humanidade, inaugurando um importante local de memória que servirá tanto para reflexão quanto para a criação de políticas de reparação à escravidão africana nas Américas.

Para a realização do projeto, contamos com o apoio da Associação dos Remanescentes de Quilombo Santa Rita do Bracuí e do Centro Cultural e Religioso Aiê Eletuloju; de nossas universidades, Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal Fluminense (UFF), Faculdade de Formação de Professores/UERJ-FFP, Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Federal da Bahia (UFBA); do Projeto Passados Presentes⁶, da Aventura Produções⁷, do *Slave Wrecks Project*⁸ e do *Smithsonian Institution*. Recentemente, obtivemos suporte financeiro do Consulado Americano no Brasil através do edital *Ambassador Fund* (Fundo dos Embaixadores).

Há ainda outra camada fundamental desta pesquisa sobre o Camargo: a continuidade de uma já longa parceria com a comunidade quilombola do Bracuí, guardiã da história do tráfico africano na região através de seu patrimônio, memória e vigorosa tradição oral. A pesquisa no mar e em terra visa hoje ampliar a visibilidade das histórias e memórias abafadas e silenciadas por mais de um século, contribuindo para assegurar os direitos da comunidade quanto à sua identidade, acesso à propriedade da terra e sustentabilidade.

⁶ O projeto Passados Presentes: Memória da Escravidão no Brasil é uma iniciativa da Rede de Pesquisa Passados Presentes (LABHOI/UFF – Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense/UFJF e NUNEM/UNIRIO – Núcleo de Memória e Documentação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro). Ver <http://passadospresentes.com.br/>.

⁷ Ver <https://produtora.aventura.com.br/>

⁸ Representado por Stephen Lubkemann e Paul Gardullo. Ver <https://nmaahc.si.edu/explore/initiatives/slave-wrecks-project>

Para se ter uma ideia da importância do estudo em torno dos restos do Camargo, vale lembrar que só foram encontrados no mundo até agora três outros navios escravagistas: o São José, no final do século XVIII, que saía de Moçambique para o Brasil, Maranhão; o *L'Aurore*, navio francês que naufragou em Moçambique também no final do século XVIII, e o *Clotilda*, afundado no Alabama, vindo da África Ocidental, em 1860.

Mas outros bons motivos ajudam a demonstrar a relevância dessa história e pesquisa. Vejamos.

Nathaniel Gordon, capitão do Camargo, foi capturado no Rio Congo por um navio norte-americano em 1860, oito anos depois de sua passagem pelo Bracuí. Traficante de todos os mares, Gordon foi levado preso para Nova York, julgado e condenado. Em fevereiro de 1862, o então presidente Abraham Lincoln (1861-1865) não concedeu o perdão e o capitão acabou sendo executado por enforcamento.⁹ Gordon se tornou o primeiro traficante – e único que temos notícia – condenado à pena capital na história dos Estados Unidos e, certamente, no mundo atlântico. Eram sinais dos novos tempos em que a opinião pública passava a repudiar o tráfico de africanos e os Estados americanos independentes, a partir de tratados e legislações específicas, começavam a criminalizar os traficantes e a persegui-los como contrabandistas.

O Camargo e sua história fazem parte, então, de um dramático capítulo das lutas antitráfico no Atlântico ao longo do século XIX – e não só no Brasil. Depois de séculos em que diversos impérios, países e empresários acumularam fortunas com as atividades do tráfico, dando base para o desenvolvimento do capitalismo no mundo, o caso do Camargo nos permite acompanhar as ações, os retrocessos, os ganhos e os movimentos dos sujeitos sociais envolvidos, como traficantes e escravizados, senhores e autoridades, nesse período intenso de transformações sociais e conflitos em torno da cidadania e liberdade dos descendentes de africanos nas novas nações americanas.

Para além do navio, a pesquisa irá abarcar a área terrestre. O afundamento do Camargo nas águas claras e calmas de Angra dos Reis não foi por acaso. De acordo com Thiago Campos, a antiga fazenda Santa Rita do Bracuí – onde desembarcaram os africanos do Camargo e hoje é sede do quilombo de mesmo nome – havia sido comprada pela família dos Souza Breves e planejada especificamente como local de recepção de africanos para fugir da fiscalização da primeira lei contra o tráfico de 1831. Conhecer uma fazenda de recepção de africanos, entender sua lógica de funcionamento e articulação com comunidades próximas e plantations, é também entender quanto investimento foi feito para esse lucrativo negócio e como foi difícil e dramática sua destruição – processo que envolveu o destino de milhares de descendentes de africanos e sua memória até hoje.

⁹ Ron Soodalter. *Hanging Captain Gordon: The Life and Trial of an American Slave Trader*. Washington, Express Press. 2007

Como ficamos sabendo do Camargo? Como começou a pesquisa?

Os jornais em 1853 e a fazenda Resgate

No início da década de 1990, eu realizava uma pesquisa sobre festas populares na cidade do Rio de Janeiro do século XIX. Quando lia os jornais do início do ano de 1853, começaram a me chamar a atenção muitas publicações com reclamações de senhores de escravizados da região das plantações de café do Vale do Paraíba, de cidades como Bananal, Barra Mansa, Pirai, Vassouras, entre outras. Os motivos das reclamações eram as insubordinações dos escravizados. Elas teriam sido causadas, segundo os senhores, pela presença de forças policiais da Província de São Paulo e do Rio de Janeiro nas fazendas de café, até mesmo nas senzalas, próximas à vila de Bananal. As forças policiais estariam empregando meios condenáveis para a localização de africanos que teriam desembarcado ilegalmente no litoral de Angra dos Reis, no porto do Bracuí, em dezembro de 1852. Dois anos antes, em 1850, havia sido promulgada a segunda Lei que proibia o tráfico africano para o Brasil (a primeira havia sido em 1831). Sempre atenta a notícias sobre insubordinações de escravizados, como boa orientanda de Robert Slenes, anotei tudo em um caderninho de observações. Quem sabe um dia essas informações serviriam para alguma coisa?



AO LADO
Jornal do Commercio,
março de 1853. Foto da
autora.

Pouco tempo depois, por volta de 1994, Hebe Mattos começava a organizar um livro sobre a Fazenda Resgate, uma grande e famosa fazenda de café, com muitos escravizados, no Vale do Paraíba, Bananal, na Província de São Paulo. Estava sendo disponibilizada uma rara documentação particular sobre a fazenda e diversos historiadores foram chamados para analisar

o material. Como éramos amigas e parceiras no Departamento de história da UFF, acompanhei de perto o trabalho, a localização da fazenda e o nome do proprietário. Por algum sinal da memória, retornei às anotações de meu caderninho para verificar algumas possibilidades. Bingo!

A coincidência era impressionante: Bananal, Fazenda Resgate, Manoel de Aguiar Vallim, Família Breves, insubordinações de escravizados, africanos recém-chegados, Bracuí, Carmargo... Todas as informações convergiam. As insubordinações que eu havia localizado nos jornais tinham acontecido a partir da Fazenda Resgate e dos negócios ilegais de seu proprietário e comparsas.

Resgate, Uma Janela para o Oitocentos, seria publicado em livro em 1995¹⁰. Os capítulos contam a história da fazenda, de seus escravizados e de seu proprietário, Manuel de Aguiar Vallim, um típico representante da elite política e econômica do Brasil no século XIX. Dono de muitas terras, gente, riquezas, casarão e obras de arte, Vallim havia acumulado imensa fortuna com o tráfico de africanos, ao lado de outros poderosos e aliados locais, como os membros da família Breves. Por insistência de Hebe Mattos, e distante de minha rota inicial da pesquisa para a tese de doutorado, escrevi um capítulo chamado “O Caso do Bracuí”.



¹⁰ Hebe Mattos e Eduardo Schnoor (org.) Rio de Janeiro, Topbooks, 1995. Os autores do livro fazem parte de uma geração de historiadores que marcaram a historiografia da escravidão, abrindo novas perspectivas de pesquisa, como família escrava, estratégias de dominação, acumulação de riquezas e tráfico, numa perspectiva atlântica: Sheila de Castro Faria, Ana Lugão Rios, Ana Mauad, Manolo Florentino, José Roberto Goes e João Frágoso.

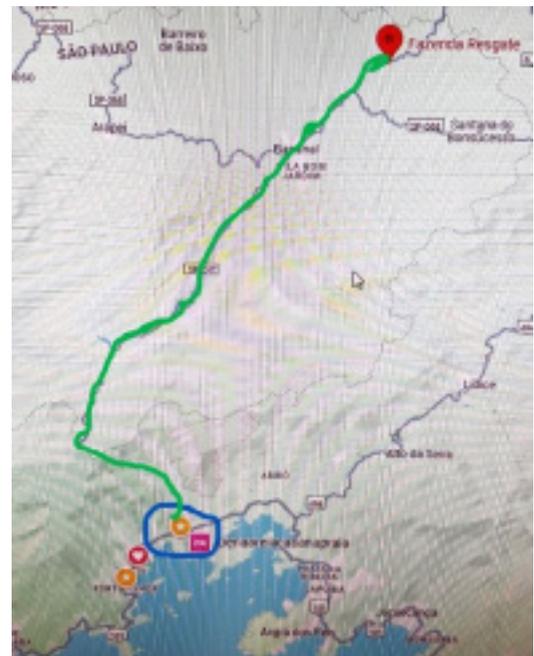
AO LADO
Fazenda Resgate: fachada externa e luxuoso interior. Fotos livres da internet.

“O caso do Bracuí” e a descoberta do Camargo

O “Caso do Bracuí”, capítulo do livro da *Resgate*, começa com a notícia, publicada em 12 de dezembro de 1852, no Diário do Rio de Janeiro, de que circulava um boato na Corte sobre um desembarque de africanos no litoral sul da província fluminense. Em seguida, os africanos teriam sido encaminhados “serra acima” (entenda-se para Bananal, Vale do Paraíba, centro da produção cafeeira do Império).

AO LADO

Roteiro entre o Bracuí (no círculo azul) e a Fazenda Resgate (marcação em vermelho), 100 km aproximadamente.



ABAIXO

Vale do Rio Paraíba do Sul nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Barra Mansa e Resende eram as cidades mais próximas de Bananal. Em pequeno traço azul, localização aproximada do Bracuí no litoral.



A partir dos jornais, busquei a documentação oficial e localizei uma série de informações sobre o tal desembarque ilegal de africanos e os esforços das autoridades para, agora, fazer valer a Lei contra o tráfico, a Lei de 1850. Na correspondência entre o delegado de Angra dos Reis, juízes de direito, chefes de polícia, presidentes de província, ministros e o próprio imperador, ficamos sabendo de muitos outros detalhes. Vejamos.

O navio, na verdade um brigue, chamava-se “Camargo”. Era comandado pelo norte-americano Nathaniel Gordon e aportou no Bracuí, Baía da Ribeira, Angra dos Reis, em dezembro de 1852. Após a chegada, as canoas teriam se aproximado e os africanos desembarcado em terras da fazenda de Santa Rita, de propriedade de José Joaquim de Souza Breves, um dos maiores senhores de terras e de escravizados do Brasil.¹¹



Após o desembarque, o barco teria sido incendiado propositalmente – para não deixar provas. Não há notícias de mortes na documentação escrita. A tripulação, quase toda estrangeira, buscava chegar a Santos ou Paranaguá para fugir do país. Em janeiro de 1853, foram presos quatro marinheiros, dois americanos, um inglês e um espanhol, que confirmaram ter o barco trazido 500 africanos, vindos de Moçambique e Quilimane. Os africanos teriam seguido “serra acima” e sido distribuídos a “sujeitos que os vieram receber”. Entre eles, moradores importantes da vila de Bananal, como Manoel de Aguiar Vallim, senhor da Fazenda Resgate, e outros aliados da região. Todos proprietários de fazendas de café, riqueza que se expandia e fazia fortunas, desde que fosse possível trazer africanos para o extenuante trabalho. Por isso, os fazendeiros do café continuavam investindo no tráfico, mesmo ilegalmente, com o custo altíssimo de inúmeras vidas e muitas violências.

¹¹ As propriedades de José Joaquim e de seus familiares ocupavam uma vasta extensão de terras, abrangendo desde o litoral sul fluminense, de Angra dos Reis à Marambaia, subindo a Serra do Mar e alcançando as atuais cidades de Pinheiral e Pirai. Ao lado de seu irmão Joaquim, José Breves comandava o tráfico ilegal de africanos e era proprietário de mais de 5 mil escravizados. Ver Thiago Campos Pessoa. *O Império da Escravidão. O complexo Breves no vale do café (Rio de Janeiro, 1850-1888)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2018. Ver também o site organizado por Aloysio Clemente Breves, <http://brevescafe.net/>

ACIMA
Navio escravagista, semelhante ao Camargo, embarcando africanos escravizados, costa ocidental da África. “The Celebrated Piratical Slaver ‘L’Antonio’, With others of the Black Craft Lying in the Bonny River,” gravura por Dutton, pub. por Edward Ransden, Londres, c.1830 (litogravura colorida à mão), Condy, Nicholas Matthews (1816-51), Coleção Privada, Michael Graham-Stewart / Bridgeman Image. (Observar os pequenos barcos que parecem levar africanos escravizados para o navio). Foto da autora.

¹² A grande Revolução de escravizados de São Domingos, em 1791, que levou à independência do país com o nome de Haiti, em 1804, era sempre lembrada, como horizonte de medo e pânico, pelos senhores escravistas no Brasil, quando se sentiam ameaçados por perigos de insubordinação a sua dominação.

¹³ Ver [Dossiê “Para inglês ver? Revisitando a lei de 1831”](#), Dossiê da revista Estudos Afro-Asiáticos (2007 n. 1-2-3). Organizadoras: Beatriz Mamigonian e Keila Grinberg. Ver também Sidney Chalhoub. *A Força da Escravidão. Ilegalidade e Costume no Brasil Oitocentista*. São Paulo, Cia das Letras, 2012.

¹⁴ O inquérito civil para denunciar o envolvimento do Banco do Brasil no enriquecimento a partir do tráfico ilegal de africanos escravizados foi aberto por um grupo de historiadores especialistas no assunto. <https://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/noticias-rj/mpf-e-banco-do-brasil-discutem-reparacoes-por-vinculo-com-trafico-de-pessoas-escravizadas-no-seculo-xix>

A operação e rápida ação das autoridades brasileiras em torno do Camargo, logo em janeiro de 1853, tornaram-se um marco na política antitráfico no então Império do Brasil. A segunda Lei contra o tráfico havia sido aprovada em 1850 e, desta vez, o governo imperial precisava ser enérgico com sua aplicação, não só pelas constantes pressões inglesas, mas pelo desafiante perfil da população trabalhadora brasileira, formada majoritariamente no Sudeste cafeeiro por africanos recém-chegados. A insegurança habitava as mentes de muitos senhores, sempre temerosos de um Haiti no Brasil¹².

A primeira Lei de proibição do tráfico atlântico de africanos escravizados, de 1831, havia sido cumprida muito limitadamente, se considerarmos que o contrabando seguia ocorrendo em lugares distantes do cais do Valongo (área portuária da cidade do Rio de Janeiro). Ali no Valongo, na capital do Império do Brasil, era mais arriscado continuar desafiando a lei. Mas a cumplicidade das autoridades e de muitos fazendeiros permitiu que fossem criados novos portos, sempre clandestinos, em diferentes locais do litoral da então província do Rio de Janeiro, como no Bracuí, Ilha Grande e Marambaia. Todos silenciaram sobre o atropelo da legalidade e sobre a escravização ilegal de aproximadamente um milhão de africanos, seus filhos e netos, ao longo do século XIX. A Lei de 1831 ficou conhecida como a “Lei para inglês ver”.¹³ Mais tarde, os que escreviam a história do Brasil também silenciaram sobre esse período e só recentemente os historiadores têm contribuído para uma ampla revisão da escravização ilegal e para as necessárias ações de reparação.¹⁴

Certamente, o Camargo não foi o último navio a desafiar a (segunda) lei antitráfico, mas foi um dos mais famosos. Era um escândalo o caso acontecer bem próximo da Corte do Império do Brasil e envolver importantes proprietários ligados aos negócios do café e à nobreza imperial. Tornou-se um caso exemplar, muito divulgado nos jornais, para todos entenderem que as autoridades imperiais não mais tolerariam as atividades clandestinas, onde quer que elas ocorressem. Seriam enérgicos na fiscalização da lei contra o tráfico ilegal de africanos escravizados.

Inclusive, suas forças policiais iriam até a porta das senzalas, como aconteceu nas fazendas de Bananal e adjacências, para recuperar africanos recém-chegados, mesmo com os protestos de poderosos senhores contra as ações das autoridades imperiais. Segundo as reclamações de senhores e das câmaras municipais nos jornais, os africanos insubordinavam-se e fugiam. A presença das autoridades trazia desordem nas senzalas e grande perigo de rebeliões.

Por sua vez, o Ministro da Justiça, José Ildefonso de Souza Ramos, foi incansável nas buscas e nas ações de repressão. Or-

denou a deportação dos estrangeiros contrabandistas, ofereceu recompensas pela apreensão dos africanos e autorizou o indiciamento dos senhores envolvidos. Em fevereiro de 1853, em Resende, era denunciado Francisco Ramos de Paula, acusado de ter comprado no município de Bananal 20 africanos “boçais”. No mesmo mês, no dia 19, eram indiciados em Bananal Manuel de Aguiar Vallim, proprietário da fazenda *Resgate*, por crime de importação de africanos livres, o Major Antônio José Nogueira, o Comendador Luciano José de Almeida, sogro de Vallim, e Pedro Ramos Nogueira, compadre de José Breves, por terem comprado os ditos africanos como escravos, seguramente sabendo que eram livres, como declararam os marinheiros do Camargo. José Breves foi pronunciado em Angra dos Reis por cumplicidade no contrabando.

Embora todos tenham sido absolvidos nos tribunais locais – seria demais esperar que fosse diferente –, os proprietários envolvidos tiveram prejuízos. Muitos de seus escravizados parecem ter fugido mesmo; os fazendeiros tiveram seus nomes envolvidos no que era já considerado um bárbaro crime e não obtiveram do imperador, pelo envolvimento no caso do Bracuí, os títulos de nobreza sempre almejados. Era comum a ostentação de títulos de nobreza pelos grandes proprietários e políticos do império, desde que D. Pedro II consentisse. O escândalo e o tipo de represália contra senhores do tráfico provocados pelas autoridades brasileiras lembram, em alguma medida, o processo contra Nathaniel Gordon e a decisão de Lincoln, dez anos depois. Ambos os casos e ações governamentais eram para ser exemplares. Os tempos tinham mudado mesmo.

Quando todas as buscas cessaram, possivelmente a partir de março de 1853, ao que tudo indica o tráfico realmente cessou em Angra dos Reis, ao menos nas terras de Santa Rita do Bracuí de José Breves. Os interesses de seu proprietário voltaram-se então totalmente para a região “serra acima”, na próspera e também luxuosa fazenda de muitos cafezais e escravizados, chamada Fazenda do Pinheiro, no Vale do Paraíba. No litoral, a estrutura da fazenda de recepção não precisava continuar; a vida em Santa Rita do Bracuí não mais seria a mesma, e seus trabalhadores escravizados certamente começaram a experimentar maior autonomia e outras possibilidades de vida, como veremos.

AO LADO

Fazenda do Pinheiro, hoje em ruínas, de propriedade de José de Souza Breves. A Fazenda e a estação de trem deram origem à atual cidade de Pinheiral.¹⁵ Foto da internet.

¹⁵ Descendentes de escravizados da Fazenda do Pinheiro e de outras fazendas da região contribuíram para o crescimento de Pinheiral e fundaram o CREASF (Centro de Referência e Estudos Afro do Sul Fluminense). As atividades do jongo e a visitação às ruínas da Fazenda destacam-se entre as ações desenvolvidas pelo centro. As comunidades do jongo de Pinheiral e do Bracuí possuem fortes laços de solidariedade. Ambas participam do Pontão de Cultura do Jongo e do Caxambu. Ver <https://observatoriodopatrimonio.com.br/site/index.php/itens-de-patrimonio/jongo>

¹⁶ Essa perspectiva de direitos omitidos é muito importante para as atuais políticas de reparação. No final do século XIX, o advogado abolicionista negro Luis Gama entrou na Justiça para obter a liberdade de muitos que haviam chegado depois de 1831. Ver o trabalho de Elciene Azedo. *O Orfeu da Carapinha. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas, Ed. Unicamp, 2005.



A perspectiva dos escravizados da Fazenda Santa Rita do Bracuí

Se podemos imaginar que as reclamações dos senhores nos jornais com as buscas de africanos recém-chegados em dezembro de 1852 fossem exageradas ou estratégicas, temos ainda muito o que pensar a partir da perspectiva dos escravizados. Para eles, quem seriam os recém-chegados? “Será que os africanos ‘mais antigos’ não estavam, realmente, percebendo – como diziam os jornais – que também tinham os mesmos direitos dos que chegaram por último?” Se autoridades brasileiras estavam defendendo a liberdade de recém-chegados da África, não deveria ser possível beneficiar os que chegaram um pouco antes? De fato, a ideia de escravizados africanos com direitos atentava contra a autoridade dos senhores. No *Jornal do Commercio* de 20 de março de 1853 foi publicada uma carta da Câmara de Pirai que evidenciava o perigo:

“Os escravos se consideram em igualdade de condições”.¹⁶

Sem dúvida, naquele momento, a tarefa de identificação e separação entre escravizados e africanos recém-chegados nas fazendas de café devia ser quase impossível. Todos que lá estavam, ou quase todos, eram africanos. Tinham chegado há pouco, depois de 1831 e ao longo da década de 1840, quando já era impossível entrar pelo Valongo na cidade do Rio de Janeiro. Tinham o direito de ser livres e talvez soubessem algo sobre isso. Como revela uma reclamação sobre as forças policiais dentro das fazendas, publicada em 12 fevereiro de 1853, no *Correio Mercantil* e na *Nação*:

“os escravos escutavam revelações perigosas à cerca da causa das diligências... e recebiam influência desses homens (soldados) que, certamente, lhes falariam sobre escravidão”.

E, claro, deviam falar sobre o direito à liberdade!!! A Câmara de Bananal, em janeiro do mesmo ano, discutia a circulação de ideias, pensamentos e linguagens entre a escravaria, sobre as autoridades governamentais estarem defendendo “o seu pretendido direito à liberdade”. Em março de 1853, o *Jornal do Commercio* publicou uma carta de um fazendeiro de Arrozal, que relatava que um escravizado estava vagando pela região espalhando a notícia de que seriam libertos:

“O imperador assim tinha mandado, os soldados estavam em Barra Mansa para isso”.

As notícias da liberdade “por ordem do rei” corriam rápido entre o Vale e o litoral. Muitos estavam entendendo que, com a presença das forças policiais, tinham direito à proteção do governo. Essa informação precisava ser abafada pelos senhores. Por isso as reclamações.

Se de fato não podemos saber os possíveis ganhos que a circulação dessas informações teria trazido, vários são os indícios de que a noção de direito se alastrava pelo Vale do Paraíba, próximo a Bananal e Angra dos Reis: alguns escravizados africanos e ladinos realmente devem ter se aproveitado da oportunidade e fugiram. Na lista dos apreendidos do Camargo que estavam na Casa de Detenção do Rio de Janeiro, despontava um “preto Braz”. Ele aparentava ter 31 anos, falava muito bem o português e foi classificado como Benguela (a quase totalidade de africanos do Camargo vinha de Moçambique, Quilimane e Mucena, todos da África Ocidental). Ao ser inquirido, alegou que era...

“dos depois da lei de 7 de novembro de 1831”!

Quantos outros não estariam nessa situação?

Após as buscas das autoridades imperiais nas fazendas da região “serra acima”, não sabemos com certeza quantos sobreviveram, ficaram no Bracuí, fugiram ou foram resgatados. Pela documentação da Casa de Detenção do Rio de Janeiro, há o registro de que 73 africanos que chegaram pelo Camargo foram apreendidos pelas autoridades policiais. A maior parte deles era muito jovem: eram quase crianças os que teriam desembarcado do Camargo.¹⁷ Do presídio, seguiram para outras experiências de trabalho compulsório destinados aos “africanos livres”, termo utilizado para identificar os indivíduos resgatados dos navios

¹⁷ Agradecemos muito aos historiadores Keila Grinberg e Daryle Williams por terem localizado essas informações. Neste momento do tráfico, era bastante comum o comércio com pessoas muito jovens.

¹⁸ Ver Beatriz Gallotti Mamigonian. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

escravagistas após a lei de 1831. Até 1864, quando o governo imperial efetivou a emancipação geral de todos aqueles que haviam sido concedidos a instituições públicas, os africanos chegados pelo Bracuí viveram sob a tutela do Estado brasileiro, em uma liberdade bastante precária, sendo forçados a prestar serviços em obras públicas, por exemplo, em um trabalho muito próximo à escravidão.¹⁸

13	Luiz	Mucena	20	39	Braz	Benguela	28	65	Romão	Quillmane	28
14	Narcizo	Moçambique	22	40	Estevão	Quillmane	14	66	Vicente	Quillmane	20
15	Domingos	Quillmane	12	41	Simplicio	Quillmane	16	67	Gaspar	Cabundá	20
16	Daniel	Mucena	29	42	Joaquim	Quillmane	14	68	Antonio	Quillmane	20
17	Francisco	Moçambique	12	43	Simão	Quillmane	14	69	Havier	Quillmane	16
18	-	-	-	44	Matheus	Congo	18	70	Jacob	Quillmane	15
19	Romão	Moçambique	30	45	Domingos	Mucena	14	71	Faustino	Mucena	18
20	Gregorio	Moçambique	24	46	Romão	Quillmane	12	72	Januario	Moçambique	14
21	Damião	Quillmane	14	47	Francisco	Quillmane	15	73	Manoel	Mucena	12

AO LADO
Esta listagem

está em uma das placas do Memorial Passados Presentes no Quilombo do Bracuí, como homenagem aos africanos sobreviventes do brigue Camargo, resgatados pelas autoridades imperiais em 1853. As informações originais estão no Arquivo Nacional, Série Justiça, Prisões, IJ7, Pasta 12, Casa de Correção, 1852-1853. Na tabela, a ordem dos dados se refere ao número na listagem, ao nome e à idade. Foto da autora.

¹⁹ Para outras comunidades negras do litoral com memórias do tráfico, ver Hebe Mattos (org). *Díspora Negra e Lugares de Memória*. Niterói, Eduff, 2012. <https://www.eduff.com.br/produto/diaspora-negra-e-lugares-de-memoria-e-book-pdf-706>

Para os escravizados da fazenda de Santa Rita do Bracuí, o impacto dos acontecimentos de dezembro de 1852 não deve ter sido pequeno. Mesmo que os desembarques de africanos fossem comuns até então, o afundamento proposital do Camargo, o incêndio, a fuga da tripulação, a rapidez do desembarque, a correria para levar os africanos “serra acima” – debilitados e quase mortos – certamente marcaram suas vidas. Tanto assim que a história do barco afundado, em um momento em que o tráfico já não era permitido, não foi esquecida até hoje. Ela continuou sendo contada por seus filhos e netos, de geração em geração, como veremos, embora esquecida pelos moradores de Angra dos Reis e pelos livros de história.¹⁹

Um encontro com a memória e a tradição oral

Passaram-se dez anos da publicação do “Caso do Bracuí”. Por volta de 2004, Hebe Mattos e eu iniciamos um outro projeto, agora de história oral gravada em vídeo, que buscava as memó-

rias da escravidão e os patrimônios culturais de comunidades negras rurais no atual estado do Rio de Janeiro²⁰. Em 2005, recebemos o apoio do programa de financiamento da Petrobrás Cultural e começamos a visitar as comunidades selecionadas, com objetivo de construir um acervo de memórias e produzir documentários sobre suas histórias.²¹

O projeto havia sido pensado numa festa do 13 de maio, no Quilombo São José da Serra, por volta de 2003, quando Hebe Mattos já tinha participado do relatório exigido pelo INCRA para dar início ao processo de identificação e reconhecimento do território.²² Nesta festa conhecemos muitos representantes de comunidades negras de outros locais – quilombolas, jongueiras, calangueiros e foliões de reis – descendentes da última geração de africanos escravizados, que pareciam já trocar apoios e conversas há muito tempo. Entre eles, membros do Quilombo do Bracuí.

Dando andamento ao projeto, entrevistamos, entre 2006 e 2007, diversas lideranças dos quilombos de Santa Rita do Bracuí e da Rasa, das comunidades negras e jongueiras de Pinheiral, Barra do Pirai, Arrozal, Duas Barras e Mesquita. Entre todas, a visita ao Bracuí trouxe algo especial para nossas pesquisas e para nossas vidas profissionais futuras, pela possibilidade de investigação do tráfico ilegal e de profundo diálogo entre memória, tradição oral e fontes escritas; entre quilombolas de Santa Rita do Bracuí e pesquisadores.

O quilombo havia iniciado a luta pela titulação da terra no final dos anos 1990, e em 2006 começava a buscar reconhecimento e visibilidade. Até então, como forma de proteção e defesa contra a estigmatização, a comunidade se isolava. Foi quando chegamos. Para o início da relação com o Bracuí, contávamos com alguns fatores favoráveis: Hebe já conhecia o primeiro relatório do Bracuí, elaborado pela antropóloga Sandra Bragado, legitimando a demanda da comunidade como Remanescente de Quilombo, assim como Délcio Bernardo, importante jongueiro de Angra dos Reis que tinha sido nosso aluno no curso do PENESBI (Programa de Educação sobre Negros e Indígenas na Sociedade Brasileira), organizado pela Faculdade de Educação da UFF.

Délcio Bernardo foi um intermediário fundamental para estabelecermos contato com a comunidade do Bracuí. Ele nos apresentou a Marilda de Souza Francisco, na época uma liderança que despontava. Marcamos um encontro na entrada do quilombo, no conhecido ponto de ônibus da Rio-Santos. Depois do estranhamento inicial, em pouco tempo começamos a construir uma relação de confiança – nem sei exatamente o motivo. Talvez sintonia e empatia, mas o certo é que, em cada momento da conversa, aprendíamos sempre com Marilda e com o que ela

²⁰ O primeiro projeto de documentação e pesquisa Memórias do Cativo foi iniciado por Hebe Mattos, Ana Lugão Rios e Robson Martins, em 1994. Deu origem ao acervo oral de mesmo título, depositado no LABHOI-UFF, com entrevistas genealógicas de camponeses negros das antigas áreas cafeeiras do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Espírito Santo. As entrevistas e sua análise foram publicadas no livro “Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição” de Hebe Mattos e Ana Lugão Rios. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005. Ver também <http://www.labhoi.uff.br/narrativas/depoimentos> e <http://www.labhoi.uff.br/narrativas/chaves-tematicas>

²¹ Projeto *Jongos, Calangos e Folias: Memória e Música Negra em comunidades rurais do Rio de Janeiro*. O objetivo do projeto era registrar tais manifestações e a história das comunidades que as protagonizam, disponibilizando o material produzido no Acervo <http://www.labhoi.uff.br/?q=acervo/jongos>, além de produzir material didático e historiográfico, nos termos das *Diretrizes para o ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira*.

²² Esses relatórios são necessários para as comunidades negras terem seus direitos reconhecidos e as terras demarcadas para a titulação como remanescentes das comu-

nidades dos quilombolas. Pelo Decreto 4887 de 20 de novembro de 2003, “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm

AO LADO

Marilda de Souza Francisco, com a exposição do Projeto Passados Presentes inaugurado em 2015 (foto da autora). Imagens da exposição: Casarão da Fazenda do Grataú (Pedro Ramos foi seu proprietário no século XIX), página do testamento com a doação de terras e obra para a construção da Rio-Santos. Foto da autora.

²³ Há uma produção acadêmica significativa sobre Marilda de Souza Francisco e sua atuação política que ainda precisa ser sistematizada e divulgada. Destaco aqui a entrevista para The Global Feminism da University of Michigan, em 2014, <https://www.youtube.com/watch?v=iMLiQCizpPI>. De autoria de Marilda, o artigo “O Museu somos nós”. In: *Samba em Revista*, ano 14, no. 13, Museu do Samba, dez. 2022 <https://drive.google.com/file/d/1xVJATgXsZAD-ViL11pAafnC9MZll-11GB7/view>

nos contava sobre a comunidade. Para Marilda, nós representávamos o primeiro grande contato com a universidade e a possibilidade de potencializar as lutas do quilombo.



Como escrevemos no memorial que formalizou o processo de concessão do título de Notório Saber à Marilda pela UFF, em 2025, todas nós aprendemos muito e crescemos ao longo desse tempo: Hebe Mattos e eu, como pesquisadoras; Marilda, como uma das maiores lideranças e mestras do sul fluminense.²³ Não posso esquecer uma das visitas que fiz ao quilombo com minhas turmas do curso de história. Marilda me advertiu: “Não venha mais em ônibus sem a marca da UFF.” Todos precisavam saber que a universidade visita o quilombo! Esse simples detalhe encheu-me de orgulho e nos ajudou a compreender melhor as dimensões das parcerias que historiadores podem construir com comunidades negras.

Além de termos aprendido muito com Marilda, ao longo desses 20 anos, criamos parcerias acadêmicas, políticas e pessoais que não pararam de crescer nem de se desdobrar. Posso dizer que conseguimos realizar profundamente a experiência da troca

de saberes.²⁴ Por um lado, nossos conhecimentos ganhavam novas dimensões; por outro, aprendíamos a considerar diferentes perspectivas a partir de nossos próprios locais de fala. Como diz Marilda, a comunidade do quilombo sempre fez história oral, e as histórias que seu pai contava eram todas verdades. Como dizemos nós, a tradição oral do quilombo provocou impactos profundos na historiografia brasileira.

Entre os primeiros contatos que Marilda nos propiciou estava o Sr. Manoel Moraes. Foi a conversa mais impactante que tivemos no Bracuí. Neto de escravizados de José Breves, jornalista, liderança política, um dos moradores mais antigos do quilombo e hoje já falecido, o Sr. Manoel Moraes nos revelou, entre muitas histórias, que, na fazenda Santa Rita – de propriedade do Comendador Breves – eram comuns os negócios ilegais do tráfico e havia ocorrido, no tempo da escravidão, um episódio de naufrágio. Logo pensamos, com muita expectativa, que este poderia ser o mesmo caso do naufrágio do brigue Camargo que tínhamos escrito no capítulo sobre o “Caso do Bracuí” 10 anos antes, em 1995.

Assim declarou o Sr. Moraes:

“Mas aqui era o ponto de embarque e desembarque do Comendador Souza Breves quando saía e chegava (...) Aqui é um ponto que existia também, além de ser de desembarque, era de engorde também, sabe? Tinha um lugar ai, que eu não posso dizer, onde os escravos quando chegavam, pelo tempo que eles viviam no mar, eles não comiam bem, então perdiam o valor, ficavam magros, emagreciam, ficavam abatidos. Então ficavam sem valor. Então eles escondiam por aqui. Passavam ali uns vinte dias.

A história que eu sei (...) que (...), proibiram a venda dos escravos para cá. Mas, não sei como é que fizeram, que ainda roubaram lá oportunidade e arrumaram uns escravos para trazer pra cá, para vender novamente. Raptaram escravo lá, encheram o navio e trouxeram pra cá. Mas veio até aqui, numa ilha com um nome... Como é? Ilha Cunhambebe. Uma ilha que tem pra trás (...)O barco entrava lá (...) para entrar e trazia o pessoal para cá. E ali quando observaram que vinha uma escolta atrás deles, pra prender eles, (...) diz que o navio tem um buraco, tinha um buraco que batia (...) a água, aquele pino saía. Saía e abria um buraco e a água invadia. Então foi assim, alguns caíam na água, outros jogavam lancha n'água, então salvou bastante e morreu bastante e o barco afundou na ponta da ilha. Nos tempos atrás, ainda se via falar nesse barco, que as pessoas pescavam muito nele, que dava muito peixe e o pessoal procurava sempre aquele ponto ali a modo de pescar” (APCMMN/LABHOI/UFF, 01.0064, Manoel Moraes, morador do quilombo de Santa Rita do Bracuí, fevereiro de 2007).²⁵

²⁴ A parceria com Elaine Monteiro, da Faculdade de Educação da UFF, coordenadora do Pontão de Cultura do Jongo e do Caxambu, foi fundamental para aprofundarmos essa perspectiva de encontro de saberes. Ver Elaine Monteiro. Universidade e comunidades: diálogos de saberes e fazeres em ações de salvaguarda do patrimônio imaterial. In: Hebe Mattos (Org.) *História Oral e comunidade: reparações e culturas negras*. 1ª ed. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

²⁵ Para ouvir o depoimento, ver <http://www.pensario.uff.br/mapa/comercio-ilegal-de-africanos-escravizados>. Para as entrevistas realizadas em Santa Rita do Bracuí, ver <http://www.labhoi.uff.br/?q=acervo/jongos/regiao/Litoral%20Sul-Fluminense>

Sem dúvida, estávamos diante de uma poderosa versão oral, nunca esquecida e reelaborada ao longo do tempo, sobre o episódio do Brigue Camargo, que tinha vindo de Moçambique com 500 africanos. O nome do navio e a origem desses africanos, os quilombolas desconheciam. Se é mais do que certo que o Sr. Moraes não havia lido o meu capítulo sobre o “Caso do Bracuí”, é inegável que a comunidade do Bracuí não esqueceram os desembarques ilegais ocorridos ao longo dos anos 1830 e 1840 – muito menos as mortes e o sofrimento, ainda que esses não fossem mencionados pelos jornais e pela documentação das autoridades de 1853. A narrativa do Sr. Moraes demonstra também que circulava na comunidade a notícia sobre as proibições da “venda de escravos para cá”. Aquela última viagem já era ilegal – todos ali devem ter ouvido falar.

AO LADO E ABAIXO

Primeira entrevista com o Sr. Manoel Moraes em sua residência. Martha Abreu e Thiago Campos. Marilda Francisca e familiares do Sr. Moraes estavam juntos. 17/10/2006. Fotos da autora. Acervo Petrobras Cultural, fita, 20. <http://www.labhoi.uff.br/?q=acervo/jongos/regiao/Litoral%20Sul-Fluminense>.



Segunda entrevista com o Sr. Moraes no cemitério da Igreja de São José. 26/2/2007. Hebe Mattos, Robert Slenes (atrás de Hebe), Matthias Assunção e Martha Abreu. Marilda Francisco também estavam presente (foto da autora). Acervo Petrobras Cultural, fitas 64 e 65. <http://www.labhoi.uff.br/?q=acervo/jongos/regiao/Litoral%20Sul-Fluminense>



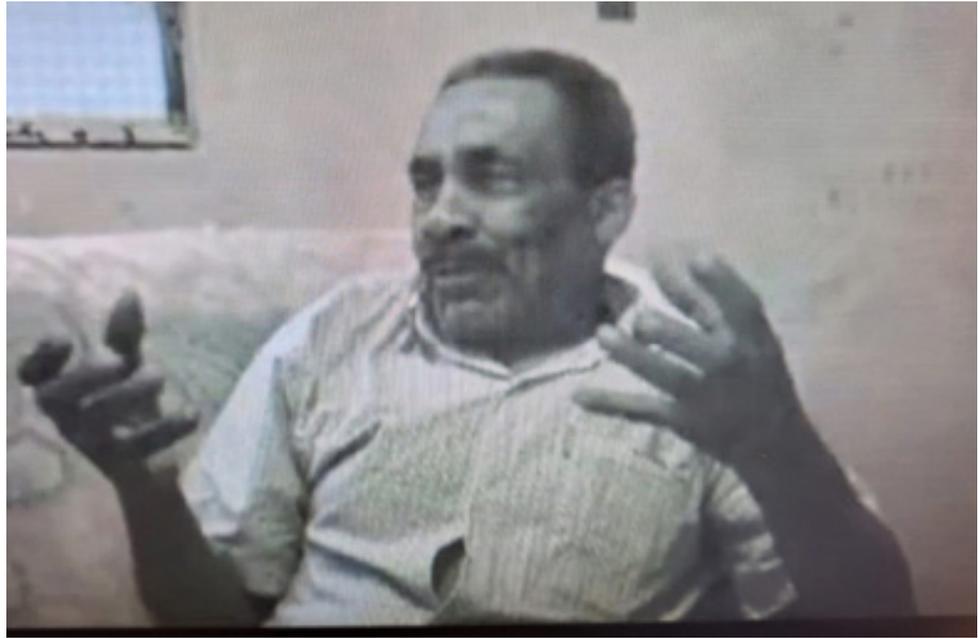
Na entrevista com o Sr. Moraes, fiquei muito emocionada mais duas vezes. A primeira foi quando ele nos indicou que, acompanhando o caminho de terra que segue o rio Bracuí “serra acima”, chegaríamos a nada mais, nada menos do que à região de Bananal! Eu desconhecía essa informação geográfica tão importante. Não havia dúvidas: os africanos do Camargo tinham realmente chegado e passado por ali, subindo a serra. O caminho

até Bananal ainda está lá, e pretendemos incorporá-lo em breve aos roteiros de visita ao Quilombo do Bracuí.

Na segunda vez, e posteriormente com a confirmação de outros informantes, o nome de Pedro Ramos veio à tona como afilhado de José Breves, proprietário da fazenda Grataú, vizinha de Santa Rita, e senhor responsável por muitas violências. Nem eu mesma me lembrava com certeza desse personagem, mas ao reler “O Caso do Bracuí”, publicado em 1995, lá estava ele como um dos indiciados pelo Ministro da Justiça. Pedro Ramos tinha terras ao lado do Bracuí e em Bananal. Não há nenhuma possibilidade de seu nome ser conhecido de outra forma, a não ser pela memória dos registros das violências que cometeu, todas preservadas pela tradição oral.

De forma semelhante, o Comendador Breves nunca deixou de ser lembrado. Afinal, ao morrer em 1879, havia deixado as terras de Santa Rita para seus escravizados. Na tradição oral, Breves e Ramos se opunham no tratamento dado aos escravizados. Não era incomum, nos tempos do cativeiro, a oposição idealizada entre o bom senhor e o senhor mau, até mesmo como estratégia para definir certos limites às violências senhoriais.

Posteriormente às nossas entrevistas, vários registros escritos envolvendo os Souza Breves no tráfico atlântico de escravizados foram localizados e confirmaram as histórias orais, especialmente nos trabalhos de mestrado e doutorado de Thiago Campos, como já destacamos. A partir de um incêndio, como narram as fontes escritas, ou de um buraco por onde a água invadiu, como registra o Sr. Morais, o brigue foi afundado para não deixar pistas. Mesmo sem os relatos escritos sobre as mortes, certamente “morreu bastante”, como afirma o Sr. Morais. Barcos escravagistas eram tumbeiros – navios da morte. Como vimos, já em janeiro de 1853, foram mobilizadas para a região forças policiais e cruzadores da Marinha para “prender” os responsáveis, na expressão do Sr. Morais. Memória e história se encontravam.



ACIMA

Entrevista com o Sr. José Adriano, outra importante liderança do quilombo. Martha Abreu e Thiago Campos. 27 de outubro de 2006. Foto da autora.

A comunidade escravizada de Santa Rita

Os avós maternos e paternos do Sr. Manoel Morais foram escravizados do Comendador José de Souza Breves. “Preto Forro”, como era conhecido seu avô paterno, e Antônio Joaquim da Silva, pai de sua mãe, viveram os últimos anos da escravidão na fazenda. Ambos receberam suas alforrias ainda na década de 1870 e foram citados como legatários da fazenda no testamento do Comendador, escrito em 1877 e aberto no ano de 1879. Muito provavelmente, foram seus avós e pais que perpetuaram as memórias dos casos acontecidos ao longo dos anos, transmitidas de geração a geração, como um patrimônio familiar e comunitário – e como direito também.

O avô do Sr. Morais, Antônio Joaquim da Silva, escravizado de José Breves, encarregado do engenho de cana-de-açúcar, certamente viveu os inúmeros desembarques clandestinos de africanos que ocorreram no Bracuí a partir de 1831. O engenho no qual trabalhava produzia essencialmente aguardente, mercadoria-chave no comércio de escravizados na costa atlântica da África. Atualmente, ainda podem ser vistas as ruínas do velho engenho.

Conforme a pesquisa de Thiago Campos, as autoridades de repressão suspeitavam que a propriedade de Santa Rita, ao longo dos anos 1830 e 1840, fosse destinada aos empreendimentos atlânticos de recepção, dadas a trajetória do proprietário e a estruturação da fazenda. O Camargo no Bracuí não fora obra do acaso ou decisão aleatória de quem buscava uma praia tranquila para atracar. Havia sempre gente esperando com serviços de

logística, alimentação (as roças e o pescado dos pescadores do litoral) e transporte, como os canoeiros que devem ter buscado os africanos sobreviventes da travessia e que presumivelmente tiveram que desembarcar rapidamente. Aliás, as atividades do tráfico envolviam também áreas próximas de Santa Rita, como Jurumirim, Itanema e algumas ilhas da Baía da Ribeira.²⁶

O impacto do afundamento proposital do Brigue Camargo não deve ter sido mesmo pequeno. Pode ter se tornado um divisor de águas na vida da comunidade escrava, como sublinha Thiago Campos: era o fim do tráfico e o fim das atividades de recepção de africanos na fazenda. Os escravizados da Fazenda de Santa Rita do Bracuí poderiam começar a viver de outra forma, como de fato aconteceu, à medida que José Breves, o proprietário das terras, não tinha mais interesse no Bracuí e passaria a investir e a se preocupar com seus domínios cafeeiros “serra a cima”, na fazenda do Pinheiro, hoje Pinheiral.

Segundo Thiago Campos, quando a Fazenda de Santa Rita foi avaliada, em 1868, para o inventário de sua esposa, Rita Clara de Moraes Breves, as informações do documento confirmaram o abandono do senhor e a autonomia dos escravizados, muitos deles africanos (a maioria era procedente do Congo e de Benguela, sendo representativo também o número dos embarcados nos portos de Moçambique). Com laços familiares estáveis, a comunidade, formada por 63 cativos, entre homens, mulheres e crianças, produzia pouca aguardente e farinha. Tinham roças de mantimentos, um pequeno pomar e pouquíssimos pés de café. Como confirma a memória da comunidade, especialmente no depoimento de Marilda de Souza Francisco, não havia senzala em Santa Rita. Os escravizados já deveriam morar em moradas próprias com suas famílias.

Alguns anos depois, em 1879, quando da morte e abertura do inventário de José Joaquim de Souza Breves, o estado de deterioração das benfeitorias era ainda maior. As antigas casas que serviram de tulhas e armazéns na época do tráfico estavam bastante deterioradas. Talvez exatamente por isso, argumenta Thiago Campos, a última geração de cativos da fazenda tenha ganho do Senhor Breves a liberdade oficial e o direito, nunca efetivado, de propriedade sobre a terra, seguindo a organização e ocupação das famílias e moradores locais.

A comunidade dos descendentes de escravizados de Santa Rita segue unida até hoje. Com mais de 200 famílias, seus laços afetivos e de parentesco seguem fortes, compartilhando a tradição oral e a memória de muitos casos, a profunda relação com o território, com o jongo (expressão de dança, canto e versos diretamente ligados ao legado africano no Brasil), com o rio Bracuí e com os patrimônios materiais que trazem a presença do passado no presente, como a capela de Santa Rita, as ruínas do en-

²⁶ Até a construção da estrada de ferro no Vale do Paraíba, ao longo das décadas de 1860/1870, o café produzido descia pela serra e era escoado pelos portos de Jurumirim, Mambucaba, entre outros. Desses locais, partiam para o Rio de Janeiro.

genho, o caminho até Bananal, a capela de São José, o cemitério e agora o próprio Camargo. Localiza-se também no quilombo o Centro Cultural e Religioso Aiê Eletuloju, sob a liderança do Babalorixá e quilombola Emerson de Oxóssi (Emerson Mec).

AO LADO E ABAIXO
Capela e cemitério de
São José. Foto da autora,
2006.

Ruínas do Engenho Ve-
lho. Foto da autora, 2006.





AO LADO E ABAIXO
Rio Bracuí. Foto de Gui-
lherme Hoffman, 2015.

Foz do Rio Bracuí (em
frente ao local do nau-
frágio). Foto da autora,
2024.



ABAIXO
Jongo do Bracuí no dia
25 de maio de 2024,
quando a comunidade
recebeu Lonnie G. Bunch
III, atual presidente da
Smithsonian, maior rede
de museus e instituições
educacionais dos EUA.
Foto Yuri Sanada.



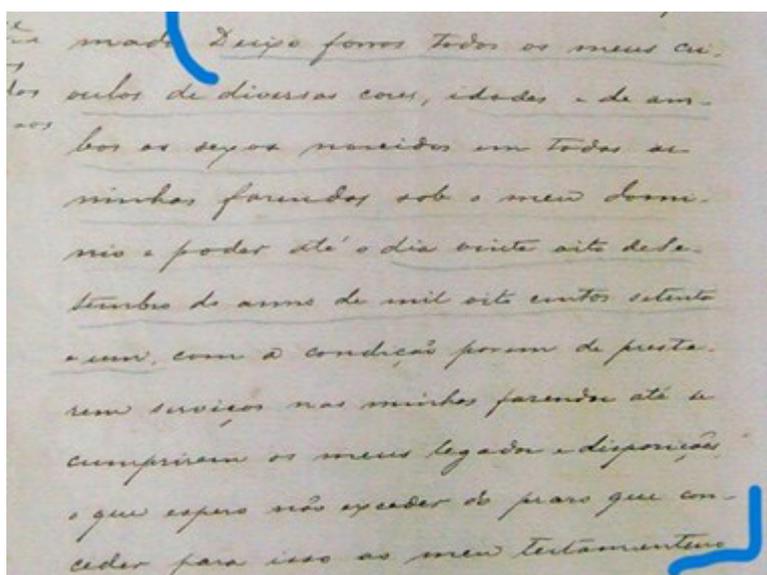
Uma comunidade quilombola

Para além do relato do barco afundado, contar histórias de antepassados escravizados para os filhos, sobrinhos e netos tornou-se uma estratégia dos mais velhos de um grupo não letrado para que não se esquecesse a história da comunidade e, dessa forma, seus direitos. Através de conversas, também falavam sobre antigos senhores, lembravam de casos de resistência e de fugas dos escravizados, como as de Cirilo²⁷, da doação de terras nunca efetivada e das muitas violências do tráfico e da escravidão, especialmente cometidas por Pedro Ramos, o proprietário da fazenda do lado de Santa Rita, Grataú, e também indiciado no caso do Camargo, como já mostrei.

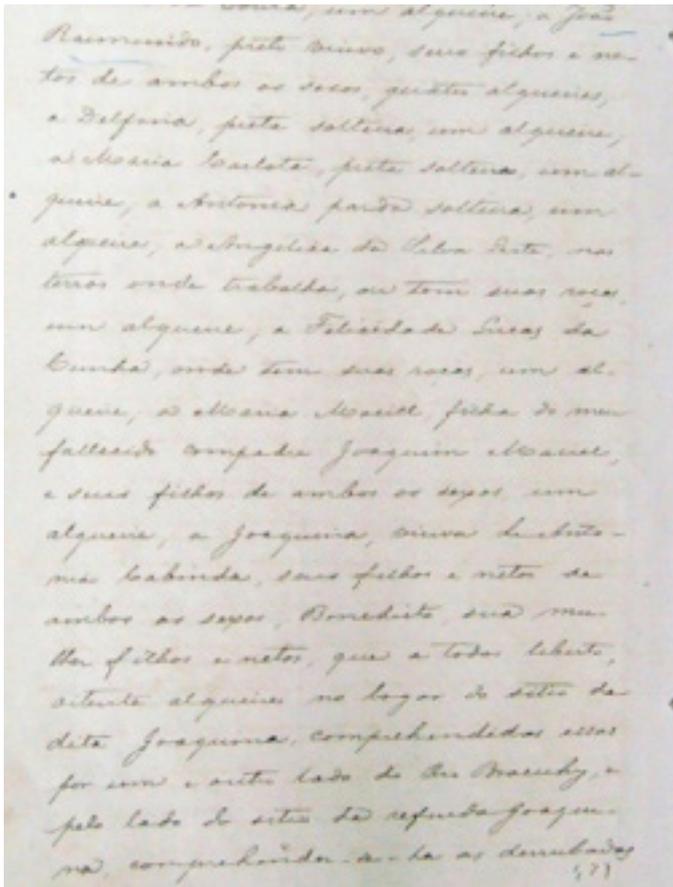
Mas a narrativa estruturante da comunidade é a memória coletiva sobre a doação de lotes de terra para os escravizados da antiga fazenda de Santa Rita no testamento de José de Souza Breves, em 1878. Os lotes de terra doados à beira do mar e ao longo do Rio Bracuí estabeleceram o território atual da comunidade e sua rede de parentesco e solidariedade. Ali, trabalhavam com suas famílias na agricultura de subsistência e na pesca. É a memória dessa doação (e não o documento em si, ao qual não tiveram acesso) que acabou transformando os herdeiros em guardiões e testemunhos da história de uma antiga fazenda voltada para a chegada de africanos escravizados.

²⁷ As histórias de Cirilo são muito conhecidas no quilombo do Bracuí e vale destacar que seu nome consta do inventário, como um dos que recebeu terras.

AO LADO
Trechos do testamento sobre as alforrias. Foto da autora.²⁸



²⁸ Agradeço a Thiago Campos a delimitação desses trechos dos documentos. O testamento encontra-se hoje no Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.



AO LADO
Trechos do testamento
sobre as doações de terra
da Fazenda Santa Rita.
Foto da autora.

Sem nunca terem tido acesso aos direitos de legítimos proprietários, grande parte dos libertos e descendentes permaneceram em seus lotes, utilizando coletivamente os recursos do rio e as máquinas do Engenho Velho – hoje em ruínas. Entre 1885 e o início do século XX, certamente sem sua autorização, receberam a primeira grande ameaça ao seu controle sobre a fazenda, com a construção, bem próxima ao encontro do Rio com o mar, do moderno Engenho Central do Bracuí pela Souza Irmão & Cia, posteriormente administrado pela empresa Furquim Vapper & Cia. A construção desses engenhos por todo o Brasil foi um projeto, sem sucesso, do governo imperial para reativar a produção de açúcar no país. Não temos ainda muitas informações sobre como funcionou o Engenho Central do Bracuí ou sobre como foi feito o acesso à terra e à produção de cana, mas provavelmente incorporou a mão de obra liberta da antiga fazenda de José Breves. Esses Engenhos, movidos a vapor, recebiam apoio financeiro do governo e atraíam também a presença de capitais estrangeiros. Hoje, restam as ruínas do Engenho Central do Bracuí.



ACIMA
Engenho Central do Bracuí.²⁹ Imagem disponível na internet.

²⁹ Ver <https://patrimonioemfoco.blogspot.com/2019/03/engenho-central-do-bracuhy-an-gra-dos.html>

³⁰ As violências cometidas com comunidades negras e caiçaras para a construção da estrada Rio-Santos ainda merecem mais estudos. Devo mencionar que, como uma típica representante da classe média carioca, comecei a frequentar Angra dos Reis exatamente com a abertura da estrada, na década de 1970, em busca de recreação. Como eu, poucos em Angra tinham conhecimento da histórica luta da comunidade negra do Bracuí.

Ao longo de grande parte do século XX, os moradores da fazenda Santa Rita seguiram no local, reconhecendo os limites dos lotes de suas famílias e trabalhando na agricultura de subsistência e na pesca. As poucas atividades monetárias eram a produção de pipas de aguardente e o cultivo de bananas, vendidas a comerciantes de Angra dos Reis que chegavam até o rio Bracuí por mar. Não havia caminho por terra.

Na primeira metade do século XX, há notícias de grileiros, e as terras dos camponeses negros da fazenda Santa Rita teriam sido registradas em nome de Honório Lima, inventariante de José Breves e destacado militar de Angra dos Reis. Entre os anos 1960 e 70, os herdeiros negros do Bracuí, apesar das tentativas jurídicas infrutíferas de fazer valer seus direitos, não conseguiram reconhecimento de sua propriedade. Na sua perspectiva, permanecer no local era sinônimo de resistência e afirmação do legado conquistado ainda durante o tempo da escravidão.

Em geral, os quilombolas relatam que as maiores ameaças de expulsão começaram mesmo a partir da construção da Rodovia Rio-Santos, na década de 1970, em plena ditadura militar, responsável pela abertura da região à produção de energia nuclear, ao turismo e à especulação imobiliária.³⁰ A estrada saiu destruindo bananais, expulsou muita gente e cortou a fazenda de Santa Rita em duas: a parte do mar e a parte do sertão. Mais ainda, os responsáveis pela rodovia e jornalistas que cobriam a obra da estrada relatavam que os moradores do Bracuí resistiam “à quebra do isolamento de sua pequena comunidade”, mantinham “seus antigos hábitos”, “somente se reúnem em grupos para organização de festas ou de rituais africanos”, se tornam

arredios com a presença de qualquer estranho, “temem ser objeto de chacotas e brincadeiras de estranhos” (Jornal O Globo, 09/10/1972, p. 2).

Novos grileiros passaram a chegar ao lado de um grande empreendimento da Imobiliária Porto Bracuí para a construção de um condomínio de luxo na área da fazenda. Com apoio do poder público, a imobiliária começou a adotar medidas coercitivas para forçar os moradores a abandonarem suas terras e conseguiu ocupar a maior parte da antiga fazenda do lado do mar. Muitos conseguiram permanecer, mas majoritariamente no lado de dentro do chamado sertão. Nessa luta, lideranças como o Sr. Morais, o Sr. Adriano, o Sr. Geraldo, D. Olga e D. Ondina Romão, o Sr. Benedito e Antonio Seixas, e D. Joana, foram fundamentais.

D. Joana, Joana Azevedo dos Santos, que tinha 95 anos em 2009, quando realizamos o relatório para a titulação do quilombo pelo Incra, conseguiu manter sua família e inúmeros netos e bisnetos do lado do mar, desafiando o condomínio Porto Marina Bracuí. Até hoje, mais de 15 casas próximas à Rio-Santos são um símbolo da vitória de sua família e da comunidade.

Assim ela relatou:

“Um dia chegou um homem aqui, de terno, pasta, boa veste e disse que era oficial de justiça. Veio acompanhado de mais oito homens, que pelo jeito que tava vestido nós via que era polícia. Chegou, bateu aí na minha porta e eu fui atender, então ele disse: Dona Joana, eu sou oficial de justiça e sobrinho do chefe que comprou Bracuí. A senhora sabe que tem muita gente sendo despejada daqui porque meu tio comprou essa terra e é dono daqui. Vim aqui avisar pra senhora que se dentro de dezessete dias a senhora não sair daqui nós voltamos aqui e botamos fogo na sua casa, então é bom a senhora sair daqui por bem, porque de outro modo a senhora sai por mal, e de qualquer jeito, sem casa, sem nada, que nem o resto do pessoal que teimou com a gente. A gente tira as coisas da senhora da casa e bota fogo nela!

Então eu disse assim, ô doutor, vou falar uma coisa pro senhor; nessa casa nasceu meu bisavô, meu avô, meu pai, eu e meus irmãos...se o senhor quiser vim aqui pra tomar um café, comer uma comidinha de pobre, o senhor é bem recebido, mas se o senhor tá pensando em botar fogo na minha casa, fique sabendo que não entra nela não! Nem o senhor nem ninguém do governo! Porque quem manda na minha casa primeiro é Deus, depois eu e depois o meu marido! Minha casa é pobre mas exijo respeito. O senhor botou fogo na casa da Deodata, na casa do Diniz, e saiu campando mas na minha não põe não que eu não deixo. Posso respeitar o senhor como homem mas não como agressor. O senhor fez e faz isso com essa gente porque eles calçam sapato da biqueira pro calcanhar mas comigo o senhor não vai fazer isso não!” (Joana Azevedo dos Santos: fevereiro de 2009).³¹

31 Ver Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sociocultural do Quilombo de Santa Rita do Bracuí. Hebe Mattos, Martha Abreu, Miriam Alves de Souza e Patrícia Couto. Setembro de 2009, p. 64.

A partir dos anos 1980 e 1990, com apoio da Pastoral da Terra da Igreja Católica e envolvimento com as lutas dos trabalhadores de Angra; com as mobilizações do movimento negro Ylá Dudu em Angra, o apoio do Quilombo do Campinho em Parati e da Fundação Palmares, a organização da comunidade começou a ser feita em outras bases. Na luta pelos direitos historicamente negados e pela legitimidade das terras ocupadas há mais de cem anos, os herdeiros do Bracuí acionaram o artigo 68 dos ADCT da Constituição de 1988 e o decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003.

Em 2005, fundaram a ARQUISABRA (Associação dos Remanescentes de Quilombo de Santa Rita do Bracuí). Em 2012, obtiveram o reconhecimento da comunidade do Bracuí como Remanescente de Quilombo pela Fundação Palmares. Em julho de 2023, foi assinada uma portaria do INCRA, publicada no Diário Oficial da União em 26 de julho, que garante aos remanescentes do Quilombo Santa Rita do Bracuí o direito à titulação das terras (616 hectares foram reconhecidos oficialmente).

Mesmo assim, a propriedade definitiva ainda hoje, em 2025, não foi alcançada. A comunidade segue organizando a luta por seus direitos, mobilizando esforços na construção da escola quilombola, da sede da associação e do Centro Cultural e Religioso Aiê Eletuloju; na valorização da cultura negra local com o jongo, na criação de locais de visitação e turismo comunitário e na participação em redes maiores de associações quilombolas, jongueiras e comunidades tradicionais. Na defesa de direitos, os moradores do Bracuí transformaram em bandeira de luta e afirmação da identidade quilombola a sua própria história, a vigorosa tradição oral e o patrimônio do jongo.

No atual contexto, o caráter de crime contra a humanidade do tráfico negreiro e o papel de guardiães da memória da escravidão assumem cada vez maior relevância na leitura pública e política da tradição oral dos quilombolas do Bracuí. O patrimônio, construído através de casos, histórias, memórias, jongs, ruínas, luta pela terra e, hoje, através da busca pelo Camargo, transforma-se em tributo às origens africanas de seus antepassados e confere direito, perspectiva de reparação e sentido à identidade quilombola do grupo.



AO LADO
Encontro da Arquisabra.
Divulgação Bracuí. No
cartaz ao fundo, D. Joana
na parte inferior à direita.
Foto de Yuri Sanada,
2023.

Perspectivas e parcerias em torno do Camargo e do Qui-lombo do Bracuí

Até publicação do livro *Resgate*, em 1995, a história do brigue norte-americano *Camargo* era praticamente desconhecida pela historiografia.³² Tudo começaria a mudar nos primeiros anos da década de 2000 e, aos poucos, o brigue começou a ganhar fama.

A primeira notícia que tivemos sobre as buscas pelo *Camargo* no fundo do mar foi por meio de Gilson Rambelli, professor da Universidade Federal de Sergipe, em pesquisa de pós-doutoramento na USP, entre 2004 e 2007. Gilson havia tomado conhecimento do navio a partir do mergulhador de Angra dos Reis, José Eduardo Galindo, que incluiu o “Navio Negreiro *Camargo*” em sua publicação *Naufrágios da baía de Ilha Grande*, de 2001.³³ Entretanto, os supostos achados do mergulhador não foram comprovados. Galindo teve notícias do *Camargo* por meio do livro *Resgate*, citado na bibliografia, embora sem referência explícita ao capítulo “O Caso do Bracuí”.

³² O historiador Leslie Bethell havia mencionado as preocupações das autoridades imperiais com a chegada do “barco negreiro” *Camargo*, mas sem maiores informações. BETHELL, L. *A Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil*. São Paulo, Editora Expressão e Cultura/USP, 1976.

³³ José E. R. Galindo. *Guia dos naufrágios da baía de Ilha Grande*. São Paulo: Um, 2001.



AO LADO
Gilson Rambelli e Marilda Francisco, nas buscas pelo *Camargo* em 2023.
Foto de Yuri Sanada.

NA PÁGINA SEGUINTE
Mapa com os lugares de memória, desenvolvido pela comunidade para o Projeto Passados Presentes – julho de 2015. Foto da autora.

³⁴ Gilson Rambelli. Arqueologia de naufrágios e a proposta de estudo de um navio negreiro, RHAA 6, 2006, e Tráfico e Navios Negreiros: Contribuição da Arqueologia Aquática e Subaquática, *Navigator 4*, 2006. Ver também Rambelli, G. A vida social entre o céu e o mar: os navios negreiros enquanto artefatos da escravidão. In, Agostini, C., *Objetos da Escravidão*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2013.

³⁵ Ver http://www.labhoi.uff.br/passadospresen-tes/filmes_passados.php. Sobre os filmes, “[Passados Presentes - Memória Negra no Sul Fluminense](#)” (2011, de Hebe Mattos e Martha Abreu), “[Versos e Cacetes - o Jogo do Pau na Cultura Afro-fluminense](#)” (2009, de Matthias Assunção e Hebe Mattos), “[Jongos, Calangos e Folias - Música Negra, Memória e Poesia](#)” (2007, de Hebe Mattos e Martha Abreu), “[Memórias do Cativo](#)” (2005, de Hebe Mattos, Martha Abreu, Guilherme Fernandez e Isabel Castro). Nesses projetos tivemos a participação de Matthias Assunção, da Universidade de Essex.

³⁶ O primeiro relatório havia sido elaborado por Sandra Bragatto, em 1999. Ver também Sandra Bragatto. Descendentes de Escravos em Santa Rita do Bracuí – Memória e Identidade na Luta pela Terra. *Dissertação de Mestrado em História – CPDA/UFRRJ*, 1997.

³⁷ Sobre o Pontão de Cultura do Jongo e do Caxambu e a política de salvaguarda do jongo, ver <https://observatoriodopatrimonio.com.br/site/index.php/itens-de-patrimonio/jongo>

Em 2006, e mais tarde em 2013, Gilson Rambelli publicou os primeiros e fundamentais artigos acerca das possibilidades de estudos arqueológicos sobre navios escravagistas submersos no Atlântico³⁴. Em 2007, após termos as primeiras conversas, entrou em contato com o Sr. Manoel Moraes e realizou o primeiro mergulho científico em busca do Camargo, infelizmente sem êxito. Na ocasião obteve autorização da Marinha para a pesquisa.

Com as entrevistas que havíamos realizado em 2006 e 2007, o Camargo ganhou maior visibilidade nos documentários que produzimos pelo Laboratório de História e Imagem da UFF (LABHOI). O Camargo entrava nos roteiros como registro fundamental dos crimes ligados ao tráfico africano e da força da memória da escravidão na comunidade quilombola do Bracuí.³⁵

Em 2009, aprofundando a parceria com as comunidades jongueiras e quilombolas que pesquisávamos, eu e Hebe Mattos, em conjunto com as antropólogas Miriam Alves de Souza e Patrícia Couto, elaboramos o relatório histórico-antropológico para o reinício do processo de titulação das terras do quilombo do Bracuí pelo INCRA.³⁶ A partir daí, desenvolvemos outros projetos conjuntos envolvendo história, memória e patrimônio cultural. Entre 2007 e 2017, ao lado de Elaine Monteiro, da Faculdade de Educação da UFF, apoiamos e participamos das iniciativas do Pontão de Cultura do Jongo e Caxambu para a salvaguarda do jongo, reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil em 2007.³⁷



Em 2015, por meio de outro Edital da Petrobras Cultural, foram desenvolvidas, com as comunidades do Bracuí, Pinheiral e o Quilombo São José da Serra em Valença, diversas atividades para a construção de memoriais a céu aberto e roteiros de visita, visando estimular a divulgação de suas histórias, o turismo comunitário e a história pública.³⁸ Com o nome *Passados Presentes*, o projeto ainda está em andamento. A parceria entre a universidade – no caso, os historiadores – e as comunidades negras e quilombolas tem sido um dos caminhos promissores para o rompimento da invisibilidade e da violência que marcaram, e ainda marcam, suas trajetórias nos séculos XX e XXI. Destacam-se, no caso do Quilombo do Bracuí, outras importantes parcerias com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde muitos quilombolas concluíram a graduação em Educação do Campo, e com o Instituto de Educação da UFF em Angra dos Reis, que realiza projetos com o Quilombo.³⁹

Uma última camada nesta já longa história da pesquisa sobre o Camargo merece destaque. Em 2006, foi publicado *Hanging Captain Gordon: The Life and Trial of an American Slave Trader* (Enforcamento do Capitão Gordon: A vida e o julgamento de um traficante de escravos americano) por Ron Soodalter. Não me lembro bem quando tomamos conhecimento desse livro, mas certamente ele ajudou a consolidar a memória e a história do Camargo narrada no Quilombo do Bracuí – mesmo que o brigue ocupe pouquíssimas linhas do livro, centrado apenas no seu capitão. A história de Nathaniel Gordon, condenado à forca nos Estados Unidos em 1862, dez anos após o Caso do Bracuí, reafirmava a articulação internacional do tráfico e o papel central da fazenda de José Breves na reprodução da escravidão atlântica. Motivados e interessados por essa história, os mergulhadores e cineastas Vera e Yuri Sanada, participantes do AfrOrigens, visitaram a comunidade do Bracuí em 2017 e começaram a planejar um grande filme pela sua produtora, a Aventuras.

Enfim, já se passaram quase 20 anos dos trabalhos de Gilson Rambelli e 30 anos do início de nosso estudo sobre o Bracuí e o Camargo. Sem dúvida, até conseguirmos reunir condições técnicas, financeiras e políticas para a localização e o trabalho específico com o Camargo, muito tempo se passou – e muitos sonhos e esforços foram empreendidos. Ao longo da década de 2010, mantivemos vários contatos com Gilson e chegamos a receber algumas propostas – muitas de caráter aventureiro, outras meramente especulativas – para a busca do Camargo. A partir de 2022, novas conversas começaram a avançar com pesquisadores de instituições internacionais, como o *Smithsonian National Museum of African American History & Culture* (NMAAHC) e o *Slave Wrecks Project* (SWP), além dos mer-

³⁸ Ver <http://numemunirio.org/pp/site/Site/index.php>. A coordenação foi feita pelas lideranças das respectivas comunidades, Marilda Souza Francisco, Fatima Silva (Fatinha) e Antônio Fernandes (Toninho), e pelos coordenadores do *Projeto Passados Presentes*, Memória da Escravidão no Brasil, Keila Grinberg, Martha Abreu e Hebe Mattos.

³⁹ Muitos trabalhos foram e estão sendo desenvolvidos sobre o Quilombo do Bracuí, incluindo teses, textos diversos, reportagens e publicações técnicas. Estamos realizando um amplo levantamento desses trabalhos, que serão disponibilizados futuramente no site do Instituto AfrOrigens. Ver, por exemplo, o livro organizado por Monika Richter, Marcelo Costa e Isabela de Fatima Fogaça. *Quilombo Santa Rita do Bracuí, Cultura, Geografia e História*. Faperj/Instituto de Educação UFF Angra dos Reis/Letra Capital, 2024.

gulhadores da Aventuras Produções. Ao lado das lideranças do quilombo do Bracuí, começamos a planejar a promissora busca pelo Camargo.

Para compreender as recentes possibilidades do Projeto Camargo – e o crescente interesse que sua pesquisa tem despertado no Brasil e no mundo – é preciso levar em conta uma nova conjuntura, marcada por renovadas demandas e pressões dos movimentos e ativismos negros contemporâneos em torno da temática reparação (simbólica e financeira) pelos crimes do tráfico ilegal e da escravização de africanos em todo o Atlântico negro (Américas, Europa, África). Temos acompanhado políticas públicas e museais voltadas ao passado escravista e seu legado, a valorização de locais de memória, o interesse crescente da sociedade e os pedidos de perdão de autoridades de países escravagistas, além de debates em universidades e processos em cortes de justiça contra Estados e empresas, em prol de ações reparatórias.

No Brasil, fazem parte desse amplo movimento as lutas pela patrimonialização do Cais do Valongo (em 2017 recebeu o título de Patrimônio Mundial pela UNESCO), as ações afirmativas no campo cultural e os projetos de valorização da história da diáspora desenvolvidos nas universidades e no ensino de história. O desenvolvimento do Projeto Camargo insere-se nesse movimento atlântico mais amplo e representa também mais um grande passo rumo à transformação da consciência nacional e internacional sobre a urgente reparação e superação da dívida histórica com os povos africanos da diáspora – dívida hoje expressa no racismo e na profunda desigualdade social que afeta a população negra.

Em dezembro de 2022, iniciaram-se as visitas técnicas de investigação arqueológica subaquática para a localização do Camargo. No final de 2023, seguindo as pistas fundamentais indicadas pelo depoimento do Sr. Moraes em 2006, os resultados começaram a se mostrar promissores. Utilizando tecnologias de levantamento geofísico para identificar estruturas no leito do mar, combinadas a mergulhos exploratórios para tentar identificar estes alvos, foram localizadas, bem próximo à foz do rio Bracuí, diferentes evidências. A confirmação definitiva sobre o Camargo, entretanto, só será obtida com o avanço das pesquisas de campo e as subsequentes análises em laboratório.⁴⁰

Em 2023, com a direção do arqueólogo Luis Felipe Santos, foi fundado o Instituto AfroOrigens, destinado a viabilizar toda a pesquisa com a captação de recursos, além de estabelecer caminhos de parceria com a comunidade. Com a presença de membros do quilombo do Bracuí, as missões sempre foram muito emocionantes e cheias de expectativa. Para os quilombolas, era a visita a um local de dor e sofrimento de seus an-

⁴⁰ A equipe tem autorização oficial para a pesquisa na Baía da Ilha Grande emitida pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que é o órgão do governo federal responsável pela preservação de sítios arqueológicos inestimáveis como este.

tepassados; para os pesquisadores, uma oportunidade única de troca de saberes, cumplicidade e produção de sentido para os estudos. Desde então, fizemos novos mergulhos e iniciamos um curso, inédito no Brasil, para quatro jovens quilombolas, coordenado pelo também instrutor de mergulho, Gilson Rambelli. Serão eles, no futuro, que poderão conduzir interessados até o sítio arqueológico.



AO LADO
Treinamento de mergulho com quilombolas e equipe do AfrOrigens. Da esquerda para direita, Vera Sanada, Jussara Adriano, Maria Clara Azevedo, Eduardo Silva de Souza, Emerson Ramos, Gilson Rambelli, Luciana Alves, Luis Felipe Santos e Francielle Pimenta. Foto de Yuri Sanada, 2024.

Recebemos também, ao longo de 2024, muitas matérias em televisões e jornais, inclusive internacionais, como o Washington Post.⁴¹ No dia 29 de dezembro de 2024, fomos matéria de destaque no programa Fantástico da Rede Globo.⁴² Esperamos que, com o avançar das pesquisas, possamos, nos próximos anos, encaminhar à UNESCO o pedido de “Patrimônio Mundial” para o sítio arqueológico do Camargo.

No momento, nossos desafios de pesquisa são grandes e estamos firmando parcerias institucionais que possam garantir o desenvolvimento de projetos sustentáveis junto com os quilombolas. Entre os projetos, estão previstos a criação de sítios de memória no mar e em terra; a criação de um laboratório de arqueologia no quilombo; um documentário e material de divulgação para escolas e visitantes; visitas guiadas com a participação efetiva dos quilombolas; desenvolvimento de turismo comunitário sustentável, valorizando o patrimônio imaterial e material, como as ruínas do engenho, capela, cemitério, local de recuperação e estrada percorrida pelos africanos.

⁴¹ Ver <https://www.washingtonpost.com/history/2024/03/31/camargo-us-slave-ship-brazil/>

⁴² Programa Fantástico. <https://www.youtube.com/watch?v=-lahso-vsd8>

AO LADO
Reunião do AfrOri-
gens com membros da
comunidade na casa de
Marilda Francisco. Foto
de Yuri Sanada, 2023.



Se a comunidade do quilombo hoje já recebe muitos visitantes, poderá ampliar a visibilidade de sua história e existência, garantindo seus direitos ainda negados. A localização da materialidade dos vestígios do Camargo, ao lado da memória dos quilombolas, constitui uma prova incontestável de um crime contra a humanidade que não pode mais ser silenciado. Memória e História, quilombolas, arqueólogos e historiadores se unem para documentar, divulgar e exigir reparação histórica pelos direitos negados e pelas violências históricas esquecidas da escravidão, do tráfico, do racismo e da luta pela terra no pós-abolição no Brasil.

Equipe do AfrOrigens

Quilombolas de Santa Rita do Bracuí representados por Marilda de Souza Francisco, Flavia da Silva Adriano, Neide Azevedo, Jussara Adriano, Emerson Ramos, Amanda Cirilo, Raisia Francisco, Francielle Pimenta, Geovanna França, Luciana Adriano.

Arqueólogos do Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos da Universidade Federal de Sergipe (LAAA – UFS - @laaa.ufs): Luis Felipe Santos, Gilson Rambelli e Luciana Alves.

Cineastas, mergulhadores e navegadores Yuri e Vera Sanada, e o produtor Rogério Umeoka da Aventuras Produções.

Historiadores do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (Labhoi/UFF-UFJF) e do Projeto Passados Presentes: Martha Abreu, Hebe Mattos, Keila Grinberg, Thiago Campos, Monica Lima e Camila Agostini.



ACIMA E AO LADO
Base do AfrOrigens/
Arquisabra para o
Projeto Camargo - nov.
2024. Foto de Yuri
Sanada.



Representantes do
Quilombo do Bracuí
e pesquisadores do
AfrOrigens na solenidade
de oficialização do
Edital do Fundo
dos Embaixadores.
MUHCAB/RJ. Foto de O
Globo, 11/12/2024.

AO LADO
Luis Felipe Santos,
presidente do
AfrOrigens, Flavia
Adriano, presidenta
da Arquisabra, Ryan
Rowlands, cônsul-geral
dos Estados Unidos.
Foto de Yuri Sanada,
11/12/2024.



BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

- ABREU, Martha. O caso do Bracuí. In: MATTOS, Hebe & SCHNOOR, Eduardo (Org.). *Resgate: uma janela para os oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. p. 167-195.
- ABREU, M., MATTOS, H., COUTO, P., SOUZA, M. *Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica e sociocultural do Quilombo de Santa Rita do Bracuí*. Niterói: UFF/Incras-SRRJ, 2009.
- ABREU, M., MATTOS, H. Jongos, registros de uma história. In: LARA, S. e PACHECO, G. *Memória do Jongo*. Rio de Janeiro/Campinas: Folha Seca, Ed. Unicamp, 2009.
- ANAIS DO SEMINÁRIO DE MEMÓRIA E HISTÓRIA/ Primeira Amostra Pedagógica da Rede Pública Municipal de Angra dos Reis. Departamento de Ensino Fundamental, Coordenação de História, *Projeto Memória e História*. Angra dos Reis, Secretaria Municipal de Educação, 1996
- BERNARDO, Dêlcio. Jongo, espaço de construção de identidade: afinando os pontos com a escola. In: LIMA, I. e CARMO, L. *História Social da Língua Nacional, Diáspora Africana*. Rio de Janeiro, Nau, Faperj, 2014.
- BETHELL, L. *A Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil*. São Paulo: Editora Expressão e Cultura/USP, 1976.
- BRAGATTO, Sandra. *Descendentes de escravos em Santa Rita do Bracuí – memória e identidade na luta pela terra*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996.
- BREVES, Padre Reynato. *A Saga dos Breves. Família, genealogia, histórias e tradições*. Rio de Janeiro: Ed. Valença S.A, s/d.
- CHALHOUB, Sidney. *A Força da Escravidão. Ilegalidade e Costume no Brasil Oitocentista*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- FERREIRA, Roquinaldo. *Dos sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860*. Luanda: Editora Kilombelombe, 2012.
- FRANCISCO, Marilda de Souza. O Museu Somos Nós. *Samba em Revista*. Dezembro de 2022, Ano 14, | Nº 13. <https://www.musedosamba.org.br/patrim%C3%B4nios-negros>
- Galindo, José. *Guia dos naufrágios da baía de Ilha Grande*. São Paulo: Um, 2001.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GRINBERG, Keila e MAMIGONIAN, Beatriz. Dossiê Para inglês ver? Revisitando a Lei de 1831. *Revista Estudos Afro-Asiáticos* (2007 n. 1-2-3).

MATTOS, Hebe & SCHNOOR, Eduardo. *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: TopBooks, 1995.

MATTOS, Hebe & RIOS, Ana Lugão. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira, 2005.

MATTOS, Hebe (Org.). *Diáspora negra e lugares de memória: a história oculta das propriedades voltadas para o tráfico clandestino de escravos no Brasil imperial*. Niterói: EdUFF, 2013.

MATTOS, Hebe. Passados sensíveis: ainda “o caso do Bracuí” e a difícil memória do contrabando de africanos escravizados no Rio de Janeiro. *Samba em Revista*. Dezembro de 2022, Ano 14, | Nº 13. <https://www.museudosamba.org.br/patrim%C3%B4nios-negros>

MATTOS, H., ABREU, M., COUTO, Patrícia. “O Meu Pai Contava”: histórias de um antigo senhor na tradição oral do quilombo do Bracuí. Rio de Janeiro, litoral sul fluminense. In: SECRETO, V., VENANCIO, G. e VIANA, L. *Sujeitos na História. Perspectivas e Abordagens*. Niterói, EDUFF, CAPES, 2018.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. “O direito de ser africano livre. Os escravos e as interpretações da lei de 1831”. In: LARA, Silvia e MENDONÇA, Joceli (orgs.). *Direitos e Justiça no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 2005.

MAMIGONIAN, B. G. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARQUES, Camila. *À margem da economia: cachaça e proto-campesinato negro no litoral sul-fluminense (1800-1888)*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011.

MONTEIRO, Elaine. Universidade e comunidades: diálogos de saberes e fazeres em ações de salvaguarda do patrimônio imaterial. MATTOS, Hebe Mattos (Org.) *História Oral e comunidade: reparações e culturas negras*. 1ª ed. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MONTEIRO, E. “Branco quer aprender dança de preto: valorização e reconhecimento no registro do patrimônio imaterial afro-brasileiro”. In: ABREU, M, XAVIER, G., MONTEIRO, L., BRASIL, E. *Cultura Negra, desafios para os historiadores*. Vol 1. Niteroi: Eduff, 2017.

- MORAES, Daniela Paiva Yabeta. *Marambaia: história, memória e direito na luta pela titulação de um território quilombola no Rio de Janeiro (c.1850-tempo presente)*. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2014.
- PAPINI, Rossana Maria. A Produção de uma Outra História. Narrando as memórias das classes populares. *Dissertação de Mestrado*, Faculdade de Educação UFF, 1998.
- PEREIRA, Walter C. de Mattos. A trama da ilegalidade: tráfico de africanos no sudeste brasileiro (1850-1860); In: XAVIER, Regina Célia Lima & OSÓRIO, Helen (orgs.). *Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil*. São Leopoldo, Oikos, 2018.
- PEREIRA, Walter C. de Mattos & PESSOA, Thiago Campos. Silêncios atlânticos: sujeitos e lugares praieiros no tráfico ilegal de africanos para o sudeste do Brasil (c.1830-c.1860). *Revista Estudos Históricos*, vol.32, n.º 66, pp. 79-100, jan.-abr. de 2019.
- PESSOA, Thiago Campos. O comércio negreiro na clandestinidade: as fazendas de recepção de africanos da família Souza Breves e seus cativos. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 47, p. 43-78, 2013b.
- PESSOA, T. *O Império da escravidão: o complexo Breves no vale do café (Rio de Janeiro, c.1850-c.1888)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018a.
- PESSOA, T. Sob o signo da ilegalidade: o tráfico de africanos na montagem do complexo cafeeiro (Rio de Janeiro, 1831-1850). *Tempo [on-line]*, vol. 24, n.º 3, pp. 422-49, 2018b.
- PESSOA, T. Sobre o que se quis calar: o tráfico de africanos no litoral norte de São Paulo em tempos de pirataria. *História* (São Paulo), vol. 39, 2020.
- PESSOA, T., SARAIVA, Luís Fernando & ANDRADE, Silvana. *Tráfico & Traficantes na Ilegalidade: o comércio proibido de escravos para o Brasil (c.1831-1850)*. São Paulo: Hucitec, 2021.
- RAMBELLI, Gilson. Arqueologia de naufrágios e a proposta de estudo de um navio negreiro, RHAA 6, 2006.
- RAMBELLI, Gilson. Tráfico e Navios Nегreiros: Contribuição da Arqueologia Aquática e Subaquática, *Navigator* 4, 2006.
- RAMBELLI, G. A vida social entre o céu e o mar: os navios negreiros enquanto artefatos da escravidão. In, AGOSTINI, C., *Objetos da Escravidão*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.
- RICHTER, Monika, COSTA, M. e FOGAÇA, Isabela. *Quilombo Santa Rita do Bracuí, Cultura, Geografia e História*. Faperj/Instituto de Educação UFF Angra dos Reis/Letra Capital, 2024.

RIOS, Ana Lugão. Não se esquece um elefante: notas sobre os últimos africanos e a memória d'África no Vale do Paraíba. In: FAGOSO, João et al. (org.) *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006. p.645-670.

SOODALTER, Ron. *Hanging Captain Gordon: The Life and Trial of an American Slave Trader*. Washington: Express Press. 2007.

VASCONCELOS, Márcia. *Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801-1888*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

ISBN: 978-65-01-46839-6

9 786501 468396



9 786501 468396